



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Educação financeira na educação de pessoas jovens, adultas e idosas: desafios e possibilidades na voz das educadoras

*Financial Education in the education of young people, adults and elderly people:
challenges and possibilities in the voice of educators*

Maria Fernanda de Almeida Lima

Graduada em Licenciatura em Matemática
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Bahia – Brasil
mafernandaalmeidal@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0000-7407-561X>

Jonson Ney Dias da Silva

Doutor em Educação Matemática
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Bahia – Brasil
jonson.dias@uesb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-9575-2648>

Neomar Lacerda da Silva

Doutor em Educação
Secretaria de Educação da Bahia – Bahia – Brasil
nlsmat@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1683-2237>

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar como educadoras da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI) abordam a Educação Financeira nas aulas de Matemática. Nesse intuito, a partir dos relatos de três professoras de Matemática de uma escola localizada em uma cidade da Bahia, identificamos e analisamos as suas concepções e as suas práticas pedagógicas. A pesquisa é de abordagem qualitativa e para a produção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Destacamos quatro eixos temáticos a fim de identificar o perfil da educadora, conhecer suas concepções sobre Educação Financeira, analisar suas práticas pedagógicas no ensino de conceitos financeiros na EPJAI e entender os principais desafios enfrentados por elas. Como resultados deste estudo, observamos que a Educação Financeira está tomando forma no contexto escolar, mas identificamos desafios relacionados com a ausência de formação continuada específica para o ensino de Educação Financeira em uma modalidade preocupada com a educação de pessoas jovens, adultas e idosas, além de questões mais pontuais, como a falta de

coordenação pedagógica presente na escola. A pesquisa promove discussões acerca desse contexto, podendo subsidiar novos estudos sobre a Educação Financeira na EPJAI, como também em outras modalidades de ensino.

Palavras-Chave: Educação de pessoas jovens, adultas e idosas; Educação Financeira; Educação Matemática; práticas pedagógicas; concepções.

Abstract

This article aims to analyze how educators of the Education of Young, Adults and Elderly People approach Financial Education in Mathematics classes. To this end, based on the reports of three Mathematics teachers from a school located in a city in Bahia-Brazil, we identified and analyzed their conceptions and pedagogical practices. The research is qualitative in approach and semi-structured interviews were conducted to produce the data. Four thematic axes were highlighted in order to identify the educator's profile, understand their conceptions about Financial Education, analyze their pedagogical practices in teaching financial concepts in Education of Young, Adults and Elderly People and understand the main challenges they face. As a result of this study, we observed that Financial Education is taking shape in the school context, but we identified challenges related to the lack of specific continuing education for teaching Financial Education in a modality concerned with the education of young people, adults and the elderly, in addition to more specific issues, such as the lack of pedagogical coordination present in the school. The research promotes discussions about this context and can support new studies on Financial Education in this modality, as well as in others.

Keywords: Education of young, adults and elderly people; Financial Education; Mathematical Education; pedagogical practices; conceptions.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), apresenta a Educação Financeira (EF) como uma temática transversal, integradora e de caráter obrigatório nas redes de ensino. Por se tratar de um tema com abordagem transversal, a BNCC orienta que as discussões integrem as diversas áreas do conhecimento. Conforme é documentado na literatura (Silva; Powell, 2013; Dias; Olgin, 2020; Baroni; Hartmann; Carvalho, 2021), discussões acerca de noções e conceitos financeiros, sobre os impactos neoliberais do consumo em nossas vidas, a pressão do *marketing* e da propaganda na produção de nossas vontades, podem ser realizadas para além da disciplina Matemática, objetivando educar financeiramente na tomada de decisões.

Contudo, a literatura traz uma distinção entre as expressões Educação Financeira e Matemática Financeira (MF) (Vaz; Nasser, 2021). A EF é um conjunto de conhecimentos e práticas que visa proporcionar aos indivíduos a capacidade de tomar decisões financeiras conscientes e bem-informadas, com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida e alcançar seus objetivos financeiros (Silva; Powell, 2013). Por outro

lado, a MF é uma área específica da Matemática que aplica fórmulas, cálculos e modelos matemáticos para resolver problemas relacionados a finanças, como o cálculo de juros, descontos, investimentos, financiamentos e amortizações (Boggiss et al, 2012).

Desse modo, depreende-se desses entendimentos que apesar de ambas as áreas estarem interligadas, elas têm objetivos e abordagens diferentes. A EF foca no aprendizado de comportamentos e princípios que busca formar as pessoas a lidar com suas finanças pessoais e a fazer escolhas conscientes. A MF, por sua vez, é uma disciplina técnica que proporciona as ferramentas matemáticas necessárias para lidar com cálculos financeiros precisos e específicos.

Condizentes com essa perspectiva de EF, uma proposição de trabalho para um público que frequenta turmas da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas¹(EPJAI) requer dos sistemas governamentais e agentes educacionais – legisladores, secretarias e educadores – uma postura sensível e responsável, uma vez que o ensino para essa modalidade atende a uma demanda de sujeitos com características específicas, caracterizadas não somente pela faixa etária, mas principalmente por marcas de exclusão sociocultural (Haddad, 2017). Nesse contexto, a EF pode contribuir para a autonomia e o empoderamento dessas pessoas, quando compreendem e gerenciam melhor questões financeiras em suas realidades, muitas vezes desafiadoras.

Fonseca (2024) esclarece que o ensino para essa modalidade não se limita apenas ao resgate da escolaridade básica, mas também se expande para a formação integral das pessoas jovens, adultas e idosas, preparando-as para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, para gerenciar suas finanças e para viver de forma plena e autônoma. A autora pontua que essa modalidade desempenha um papel crucial na inclusão social e no desenvolvimento de indivíduos que, por diversas razões, não tiveram a oportunidade de concluir ou de iniciar seus estudos na faixa etária considerada regular.

As pessoas jovens, adultas e idosas se inter-relacionam e se relacionam continuamente por meio de situações do seu cotidiano e que demandam explicações, discussões, análises críticas e decisões acerca dos problemas inerentes ao meio em que estão inseridos, bem como à sociedade de modo mais amplo (Fonseca, 2024). Nesse

¹ Optamos por utilizar a expressão Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI) em substituição à sigla EJA, que será mantida apenas em referências a documentos oficiais. Essa escolha busca evidenciar a diversidade inerente a essa modalidade de ensino, valorizando os distintos tempos de vida, as variadas experiências e as necessidades educacionais específicas que caracterizam o público atendido.

ínterim, a formação financeira é essencial na EPJAI, pois saber administrar o próprio dinheiro, entender conceitos como orçamento, investimentos e endividamento, ter noções de planejamento financeiro pessoal e compreender o funcionamento do mundo econômico e financeiro são habilidades que podem contribuir para reflexões e decisões sobre os usos do dinheiro e de aspectos sociopolíticos que envolvem tais ações.

Partimos do pressuposto que é de responsabilidade da/do educadora/or fomentar essas discussões na EPJAI (Dias; Olgin, 2020). Essa modalidade pode ser um ambiente de transformação social, que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Santos; Santos; Rodrigues, 2021. Silva, Silva e Selva (2021), por exemplo, analisaram atividades em livros didáticos propostos para o ensino da EF na EPJAI. Segundo as autoras, a análise dessas temáticas sugere que apesar das atividades estarem relacionadas a questões críticas, são as práticas pedagógicas em EF que favorecem o desenvolvimento da criticidade e autonomia das/os estudantes e distancia o foco de uma visão restrita ao mundo financeiro.

A partir dessas discussões, o objetivo deste artigo é analisar como educadoras da EPJAI abordam a Educação Financeira nas aulas de Matemática, em uma escola localizada em uma cidade da Bahia. Para tanto, utilizamos da pesquisa com abordagem qualitativa (Minayo, 2008) a fim de identificarmos as concepções dessas educadoras sobre a EF e descrevermos a sua prática pedagógica, a partir de seus relatos.

Nesse propósito, este artigo encontra-se subdividido em seções. Na próxima seção, retomamos as discussões acerca da EF, da MF e fazemos a distinção entre ambas. Na terceira seção, discutimos sobre as especificidades do ensino para a EPJAI e a abordagem da EF. Na quarta seção, trazemos os procedimentos metodológicos, o contexto e os participantes. Na quinta seção, fizemos a análise e a discussão dos eixos e uma análise integrativa, na seção seis, que se segue. Por fim, as considerações finais.

DISCUSSÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Temas como oferta, formas de pagamento, endividamento, renda, salário, aposentadoria, investimentos, dentre outros, estão presentes na vida de todos nós e a falta de conhecimentos sobre EF pode ser um agravante para não só a utilização equivocada do dinheiro, mas, principalmente, para não compreender as influências de um sistema

neoliberal em nossas vidas. Assim, é importante preparar os cidadãos para lidar com as finanças de forma saudável e consciente.

Todos esses assuntos permeiam o que se compreende, atualmente, por EF (Silva; Powell, 2013). No início do século XXI, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu um projeto chamado “Educação Financeira”, com o objetivo de conhecer os programas existentes em diversos países do globo, além de educar financeiramente seus cidadãos (OCDE, 2005). Como um dos resultados desse projeto, essa organização definiu a EF como sendo

[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar (OCDE, 2005, p. 26, tradução nossa).

Tal visão, foi importada pelo Brasil ao elaborar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), publicada em 2010 e atualizada em 2020, cujo objetivo é “promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (Brasil, 2020, p. 2). Nos documentos que estruturam a ENEF, a compreensão de EF assumida dialoga diretamente com a visão da OCDE. Ainda, a ENEF compreende que

Quando o cidadão entende os fatores que influenciam suas escolhas financeiras, consegue equilibrar seus desejos imediatos com suas necessidades de longo prazo. Um dos efeitos disso é o aumento do hábito de poupar, outro importante pilar da educação financeira. E todos saem ganhando, já que cidadão financeiramente educado contribui para o bem-estar coletivo, seja porque essa qualificação resulta em um sistema financeiro mais sólido e eficiente, seja porque cada pessoa tem melhores condições para lidar com emergências e momentos difíceis da vida (Brasil, 2025).

Um ponto importante de problematizar logo de início é o fato de que, tanto a OCDE, quanto a ENEF, ao trazerem suas visões de EF, parecem não considerar as responsabilidades que o Estado possui com seus cidadãos (Mazzi; Baroni, 2021). Essas visões assumem uma vertente neoliberal, depositando nos indivíduos todas e quaisquer consequências de seus atos (Menecucci, 2023), isto é, caso o indivíduo seja bem-sucedido é graças ao seu mérito, caso fracasse, é por falta de esforço.

Menecucci (2023) argumenta que assumir essa visão como EF é um ato perigoso. Ela faz com que nós, pessoas comuns, nos sintamos culpadas por tudo o que nos ocorre, podendo cair em uma inércia, sem questionar os papéis que o Estado deveria assumir conosco, tais como aqueles já declarados em nossa Constituição Federal, segundo a qual,

“são direitos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, Art. 6º).

Defendemos, assim, uma EF que problematize essas questões, pensando e promovendo possíveis transformações sociais. Desse modo, nos aproximamos da visão de Silva e Powell (2013), ao defenderem que a EF pode ser vista como

[...] um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Silva; Powell, 2013, p.12).

Arelada a essa visão, os autores defendem a necessidade de um cuidado com temáticas que vão além de apenas o estudo de finanças, mas que discutam, também, questões sobre classes sociais, salário mínimo, impactos ambientais da sociedade de consumo, psicologia econômica, dentre tantas outras possibilidades. Nessa direção, corroboramos com Baroni et al (2021, p. 235) ao argumentar em prol de uma EF na Educação Básica que busque “desvencilhar-se da abordagem técnica e especializada, em favor de uma formação geral e política, livre do propósito de manter as exigências do sistema capitalista, pautadas sobre o consumo desenfreado”.

Quando pensamos em promover a EF na Educação Básica, precisamos compreender de que Educação Básica estamos falando, isto é, de que escola, de quais estudantes e contextos em que estão inseridos, quais as realidades da comunidade escolar como um todo. Esse tipo de reflexão ganha mais importância quando pensamos em uma EF para pessoas jovens, adultas e idosas, visto que, como aponta a literatura (Fonseca, 2024; Silva, 2020; Di Pierro, 2010), esses sujeitos possuem experiências que precisam ser consideradas nos processos educacionais.

É importante pensar nas práticas pedagógicas voltadas à EF na EPJAI, pois, por vezes, essa temática é relacionada apenas com o conteúdo da MF (Santos; Santos; Rodrigues, 2021), ainda mais por se tratar de uma modalidade a qual frequenta um público já inserido no mundo do trabalho.

A EF diz respeito a conceitos sobre como planejar, economizar, investir, controlar o orçamento, lidar com dívidas, entre outros aspectos que impactam diretamente o cotidiano financeiro. A ideia central da EF é empoderar as pessoas para que elas possam

gerir seus recursos de forma eficiente e evitar o endividamento excessivo, tomando decisões que favoreçam o bem-estar financeiro no curto, médio e longo prazo, o que envolve aspectos emocionais e comportamentais do indivíduo, além de estratégias práticas para o dia a dia (Vaz; Nasser, 2021).

Não obstante, a MF fornece ferramentas objetivas para realizar cálculos e analisar alternativas financeiras, com base em variáveis como taxas de juros, prazos e montantes (idem). Em termos práticos, a MF é usada para determinar, por exemplo, o valor futuro de um investimento, o valor presente de uma dívida ou o custo de um financiamento e, embora seja importante para entender as implicações numéricas das decisões financeiras, não aborda diretamente questões comportamentais ou o planejamento financeiro integral.

Portanto, enquanto a MF é uma ferramenta essencial para quem precisa lidar com números e cálculos financeiros, a EF oferece um entendimento mais amplo sobre como essas ferramentas podem ser aplicadas dentro de uma estratégia de vida financeira saudável. Corroboramos com Vaz e Nasser (2021, p. 4) quando afirmam que a MF “é uma condição necessária, mas não suficiente para que a Educação Financeira possibilite ao indivíduo-consumidor atuar ativamente e plenamente em uma sociedade complexa, matematizada, capitalista, consumista”.

Compreendemos, pois, a MF como parte da EF, em uma combinação de perspectivas que funcionam como uma condição necessária, embora não suficiente, para o desenvolvimento de uma EF crítica. Ambas são complementares e, juntas, podem promover uma gestão financeira mais eficiente e consciente (Santos; Santos; Rodrigues, 2021). Tendo em vista o exposto, é importante analisar como a EF é abordada em aulas de Matemática na EPJAI, uma vez que a forma como a temática é implementada pode constituir conhecimentos - que atravessam as discussões financeiras - necessários à tomada de decisões responsáveis e saudáveis em relação às finanças ao longo da vida.

ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS

Ainda em 1988, a Constituição Federal ampliou o dever do Estado para com a EPJAI, ao garantir o “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.” (Brasil, 1988, Art. 208). A seguir, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN

9.394/96 (BRASIL, 1996), reafirmou a obrigatoriedade e gratuidade da oferta de educação para todas as pessoas que não tiveram acesso na idade considerada própria.

Com a LDBEN, a EPJAI foi instituída legalmente como modalidade de ensino na Educação Básica. Em seu art. 37, é definido que, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996, art. 37). Além disso, essa modalidade surgiu como medida emergencial, com a finalidade de garantir o direito à educação de qualidade em menos tempo do que o ensino regular.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia assume como compromisso:

[...]Assegurar a EJA como oferta de educação pública de direitos para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas experiências de vida e de trabalho, garantindo as condições de acesso e permanência na EJA, como direito humano pleno que se efetiva ao longo da vida.
[...]Adotar os seguintes Eixos Temáticos: a identidade, o trabalho, a cultura, a diversidade, a cidadania, as diversas redes de mobilização social e a Pedagogia da Libertação. (Bahia, 2009, p.14)

Assim, a proposta dessa modalidade educacional é oportunizar uma educação adequada para as pessoas que por algum motivo não conseguiram completar o ensino na idade proposta e, além disso, constituir cidadãos autônomos e críticos. A EPJAI atende um público diversificado com pessoas jovens, adultas e idosas de idades variando entre 15 e 70 anos ou mais.

As pessoas que frequentam essa modalidade provavelmente não tiveram oportunidade de ingressar ou não conseguiram concluir a vida escolar por diversos motivos, seja pela distância da escola, falta de oportunidade, necessidade de trabalhar, dentre outros (Arroyo, 2005). Dessa forma, esse público é comumente tido como a parte marginalizada da população, marcado historicamente por exclusões e negação de direitos, excluídos de diversos contextos sociais, políticos e econômicos (Di Pierro, 2010).

Nesse sentido Ferreira e Silva (2011), esclarecem que os jovens, adultos e idosos

[...] são sujeitos socioculturais, marginalizados e excluídos das esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada, aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais efetiva no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral, trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem em sua totalidade a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. (Ferreira; Silva, 2011, p. 210)

Uma visão mais humanizada sobre a EPJAI, considera questões relacionadas às vivências e experiências desses sujeitos para pautar ações educativas. Essa abordagem pode tornar o ensino e a aprendizagem mais significativos e estimular a participação ativa dessas pessoas durante o processo.

Sobre a diversidade e especificidade da EPJAI, segundo Silva (2020, p. 24), esse público é formado por

[...] trabalhadores proletários, desempregados, donas de casa, pessoas com necessidades especiais, privados de liberdade, indígenas, afrodescendentes, imigrantes, entre outros, de diferentes culturas, etnias, religiões, crenças, que constituem abrangentes formas de ser, de viver, de pensar e de agir.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas voltadas para essa modalidade precisam levar em conta todas essas características. Para Freire (2003), a prática educativa a ser desenvolvida com a EPJAI deve promover a leitura crítica do mundo, de modo a considerar essas pessoas como autônomas. No contexto do estado da Bahia, a Secretaria de Educação do Estado assegura o trabalho com a modalidade a partir de posturas afirmativas e olhares menos escolarizados. Para isso, propõe um currículo estruturado em tempos formativos que são organizados da seguinte maneira:

- 1º Tempo: Aprender a Ser, contendo 03 Eixos Temáticos, com 01 ano de duração cada um (Identidade e Cultura; Cidadania e Trabalho; Saúde e Meio Ambiente).
- 2º Tempo: Aprender a Conviver, contendo 02 Eixos Temáticos, com 01 ano de duração cada um (Trabalho e Sociedade; Meio Ambiente e Movimentos Sociais).
- 3º Tempo: Aprender a Fazer, contendo 02 Eixos Temáticos, com 01 ano de duração cada um (Globalização, Cultura e Conhecimento; Economia Solidária e Empreendedorismo). (Bahia, 2009, p.14)

Vale ressaltar que o documento intitulado Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual, não apresenta suporte para com o trabalho na modalidade, apenas oferece algumas orientações genéricas com o objetivo de “[...] nortear o trabalho das unidades escolares, a organização do currículo dentro da nova perspectiva de EJA e o acompanhamento da aprendizagem de educadores e educandos.” (Bahia, 2009, p. 22).

A EPJAI, atualmente, pode ser ofertada de forma presencial e à distância, sendo dividida em três segmentos. No primeiro, o ensino corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, 1º ao 5º ano, com idade mínima para ingresso de 15 anos. O segundo segmento é relativo aos anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano, e a idade mínima continua de 15 anos. Já no último segmento, é atribuído o estudo equivalente ao Ensino Médio e é destinado a pessoas com 18 anos ou mais.

Estudos realizados na perspectiva da EF têm demarcado que discussões acerca do planejamento, de formas de investimento e do controle do orçamento podem promover uma gestão financeira mais eficiente e consciente (Dias; Olgin, 2020; Rodrigues; Silva; Rodrigues, 2021). Em específico na EPJAI, educadoras/es podem fomentar discussões críticas, por meio de uma ação pedagógica sensível às especificidades próprias da modalidade, quais sejam: meio socioeconômico desfavorável; baixo autoestima devido às trajetórias de vida; questão geracional; diversidade sociocultural e étnico-racial; motivações com relação à escola e a inserção no mercado de trabalho, dentre outras (Santos; Santos; Rodrigues, 2021; Silva; Silva; Selva, 2021).

Dessa forma, considerando os desafios enfrentados pelo público da EPJAI e conscientes de que essas pessoas chegam às salas de aula com pouca ou nenhuma educação financeira formal (Santos; Santos; Rodrigues, 2021), oportunizar discussões na perspectiva da EF pode contribuir para a autonomia dos sujeitos, além de evitar riscos financeiros que afetam a qualidade de vida. A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos, o contexto e os participantes.

CONTEXTO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PARTICIPANTES

Neste artigo, analisamos como educadoras da EPJAI abordam EF nas aulas de Matemática, em uma escola localizada em uma cidade do interior do estado da Bahia. A escolha pela instituição de ensino para a produção de dados ocorreu pela oferta de turmas de EPJAI e pela familiaridade da primeira autora, uma vez que esse foi o local em que realizou o seu projeto de Residência Pedagógica, além de ter contato com a coordenação e com educadoras/es da instituição.

O colégio possui dependência administrativa estadual e apresenta uma infraestrutura regular com porte médio, funcionando nos três turnos e com turmas distribuídas nas modalidades de Ensino Médio, dito regular, e EPJAI. Na época da pesquisa, 222 estudantes estavam matriculados nessa última modalidade, distribuídos em 8 turmas nos turnos vespertino e noturno.

Uma vez que o propósito deste estudo foi o de analisar como as educadoras abordam temas de EF em aulas de Matemática para a EPJAI, utilizamos de um quadro teórico e metodológico de pesquisa com abordagem qualitativa (Creswell, 2009) para identificar as concepções dessas educadoras sobre a EF e descrever como conceitos

financeiros são abordados nas aulas, a partir de seus relatos. A abordagem qualitativa se mostrou adequada para a descrição e interpretação “[...] das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2008, p. 57).

Condizente com o objetivo, utilizamos a entrevista semiestruturada (Amado; Ferreira, 2013) como instrumento para a produção de dados. As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização (Minayo, 2008). Elas foram realizadas na própria instituição de ensino, no período noturno e tiveram uma duração média de 15 minutos cada, com a intenção de conhecermos a prática dessas educadoras em relação àquilo que entendem por EF, bem como são trabalhados esses conceitos.

As participantes foram inicialmente abordadas por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas. Nessa conversa, esclarecemos o objetivo da pesquisa e os instrumentos para a produção de dados. Aceitaram participar 03 (três) professoras que lecionavam matemática na EPJAI. Após o aceite, foram agendados data e horário apropriados. Consideramos que essa aproximação inicial foi importante para conhecermos melhor as participantes e para a construção do roteiro das entrevistas (Quadro 1), que foram registradas por gravação de áudio. Adotamos pseudônimos – Renata, Débora e Marina – para proteger as identidades, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Quadro 1: Roteiro da Entrevista Semiestruturada

Me conte um pouco sobre a sua trajetória pedagógica. Onde cursou a licenciatura, quando se formou, há quanto tempo leciona e há quanto tempo leciona na EPJAI.
Qual a sua compreensão sobre Educação Financeira?
Para você, o que é Matemática Financeira?
Qual o papel da Educação Financeira na escola?
Qual é a sua opinião sobre a inclusão da Educação Financeira na aula de Matemática da EPJAI?
Você trabalha a Educação Financeira na EPJAI?
Você acredita que a Educação Financeira pode impactar a vida de jovens, adultos e idosos? Como?
Como você avalia o progresso e a compreensão dos educandos em relação aos conceitos de Educação Financeira ao longo do processo educacional?
Quais são as principais habilidades financeiras que você considera essenciais para jovens, adultos e idosos desenvolverem? Você trabalha com essas habilidades em sala?
Quais são os principais desafios que você enfrenta ao ensinar Educação Financeira para jovens, adultos e idosos?

Fonte: Elaboração dos autores (2024)

As entrevistas foram transcritas e analisadas linha a linha, originando códigos que resumiram as percepções e ações das participantes. Nas falas, as entrevistadas expressaram livremente suas compreensões acerca da MF e da EF. A partir disso, outras questões foram surgindo durante a entrevista e sentimos a necessidade de conhecer a formação acadêmica, o modo como elas trabalhavam conceitos financeiros na EPJAI e quais os principais desafios. Após isso, foram identificados trechos significativos e que se constituíram em eixos temáticos, que foram analisados de acordo à literatura e com os conceitos teóricos. A emergência desses eixos permitiu organizar as análises de modo a identificar as concepções sobre a EF e descrever a prática pedagógica. Na próxima seção, trazemos a apresentação e a discussão dos dados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Para uma compreensão analítica de como as participantes abordaram a EF nas aulas de Matemática para a EPJAI, a partir de seus relatos, organizamos a análise em eixos temáticos, quais sejam: (1) Perfil da educadora; (2) Concepções acerca da EF e da MF; (3) Prática pedagógica e (4) Principais desafios. Tivemos como finalidade, ao definir

eixos, delimitar os principais recortes que favoreceram a pesquisa e, a partir disso, trazer literaturas para orientar o olhar dos pesquisadores. A seguir, discutiremos cada eixo.

Perfil da educadora

Este eixo analisa as características da educadora, como sua formação acadêmica e a experiência profissional. Renata, do sexo feminino, possui 53 anos de idade, cursou Licenciatura em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma instituição em que se graduou. Leciona há 23 anos, sendo 15 deles na EPJAI. Débora, é do sexo feminino, tem 47 anos de idade, cursou Licenciatura em Matemática, leciona há 24 anos, mas não se recordava há quantos anos trabalhava na EPJAI. Já a Marina, também do sexo feminino, possui 50 anos de idade, se formou em Licenciatura em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática e ministra aulas na EPJAI há 10 anos. No Quadro 2, a seguir, sintetizamos essas informações.

Quadro 2 – Participantes da pesquisa

Nome	Idade	Tempo de docência	Tempo de docência na EPJAI	Formação profissional
Renata	53 anos	23 anos	15 anos	Licenciatura em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática
Débora	47 anos	24 anos	Sem informação	Licenciatura em Matemática
Marina	50 anos	Sem informação	10 anos	Licenciatura em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Observamos que a idade e o tempo de trabalho são bem próximos, logo elas possuem longa experiência em sala de aula. Para Freire (1996, p. 58), “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. Assim, percebemos que as educadoras possuem um tempo considerável de prática na EPJAI, consequentemente podem ter acompanhado as fases e evoluções da modalidade no decorrer dos anos. A

partir disso, suas experiências se tornaram fundamentais às práticas pedagógicas e às relações construídas com as/os educandas/os.

Nesse sentido, podemos entender que os saberes pedagógicos são temporais e individualizados, que carregam características e experiências próprias das educadoras. Portanto, o acesso a essas informações profissionais podem ajudar no entendimento de seus posicionamentos nas entrevistas.

Concepções acerca da Educação Financeira e da Matemática Financeira

O segundo eixo é importante para analisar se as entrevistadas fazem uma distinção entre as áreas e, assim, identificar o domínio sobre ambas as temáticas, a fim de compreender as suas práticas pedagógicas relacionadas a conceitos financeiros. Uma vez que os jovens, adultos e idosos estão inseridos no contexto das finanças, trabalhar conceitos financeiros presentes em suas vidas os motivam a compreender o tema, e os tornam capazes de adotar decisões adequadas em relação a assuntos financeiros, seja na sua vida particular, familiar ou social (Silva; Powell, 2013).

Sobre a MF e a EF, Renata disse:

Educação Financeira é a área da Matemática que trabalha os conceitos financeiros para formar indivíduos críticos capazes de tomar decisões sobre seu dinheiro, o que é diferente da MF, que trabalha mais com a parte das fórmulas e cálculos. (Renata, 07/11/2023)

Dessa forma, é perceptível que ela distingue os conceitos de EF e de MF, além disso, complementa:

A MF está ligada à Educação Financeira quando temos que usar juros, por exemplo, esses conteúdos com fórmulas e trazer eles no dia a dia dos alunos. (Renata, 07/11/2023)

Assim, para a Renata, a EF é ir além da MF, mesmo que as duas estejam ligadas, pois é necessário ter conhecimento sobre conteúdos da MF e aplicá-los no cotidiano, de forma que contribuam para a independência e criticidade financeira dos estudantes.

Já a Marina, para essa mesma questão, define EF, como:

Saber utilizar o dinheiro que você ganha de maneira que não fique comprando sem necessidade. Já na MF, ela diz: são as fórmulas que você utiliza com aqueles cálculos mais complexos. (Marina, 07/11/2023)

Por outro lado, a Débora não diferenciou a EF da MF e não conseguiu definir diretamente os conceitos. Ao falar sobre EF, relatou:

A EF é necessária! Sempre foi! Mas hoje em dia, no nosso mundo se torna cada vez mais fundamental. (Débora, 07/11/2023)

Já sobre a MF, disse:

Ela engloba muita coisa, até você saber lidar com a sua vida financeira em si, em termos de dinheiro, como a sua projeção. (Débora, 07/11/2023)

É perceptível que para a Débora, os conceitos, que são complementares, mas que abordam diferentes perspectivas no contexto financeiro, soam como sinônimos e isso ficou evidente durante toda a sua entrevista. Dessa forma, sua fala sugere uma possível falta de familiaridade com as temáticas.

Nesse sentido, o domínio das definições dessas temáticas e a distinção entre elas precisa estar claro para as/os educadoras/es. Segundo Baroni et al (2021), essas são preocupações que precisam estar presentes nos cursos de formação de professoras/es que ensinam Matemática, uma vez que as diretrizes vigentes apontam a área de Matemática como a principal responsável pela promoção da EF na Educação Básica.

Dando continuidade, sobre a importância da EF na EPJAI, a Débora, falou que:

Hoje, como há uma mudança na escola, a EF possui uma disciplina só voltada para ela, que faz parte das eletivas. Essa disciplina foi escolha da escola, por compreender a necessidade dela no noturno, para tentar vislumbrar um futuro melhor para esses estudantes. (Débora, 07/11/2023)

Desse modo, é necessário que as/os educadoras/es conheçam as perspectivas da EF, para assim oportunizar discussões críticas acerca de como a Matemática é utilizada para estruturar o sistema econômico e formatar tudo o mais que se encontra ligado às questões financeiras, refletindo diretamente em nossas vidas, na forma como consumimos, como usamos os recursos do planeta e de como isso pode servir ao sistema neoliberal e aumentar as desigualdades sociais (Baroni et al, 2021; Menecucci, 2023). Essas discussões podem auxiliar e incentivar educandas/os da EPJAI a fazerem julgamentos fundamentados e tomarem posições críticas sobre práticas diárias e na relação com o dinheiro e com o consumo (Silva; Powell (2013).

Práticas pedagógicas

Neste terceiro eixo, analisamos as práticas pedagógicas relatadas pelas entrevistadas e identificamos se elas trabalham na perspectiva da EF. Pimenta e Ghedin

(2012) afirmam que os saberes são construídos no cotidiano da sala de aula, que dialoga com experiências e saberes pedagógicos baseados na ação. Assim, este eixo é importante para compreendermos atitudes e motivações em relação ao trabalho com a EF.

Na época da pesquisa, a Renata trabalhava com a eletiva denominada “Educação Financeira” e falou sobre as suas motivações:

Quando surgiu essa eletiva sobre Educação Financeira eu vi muitos professores fazendo pouco caso, dizendo que se até eles próprios têm dívidas, como vão ensinar a usar o dinheiro? Mas, não é bem assim, todos nós deveríamos ter conhecimento desses conceitos não só para ensinar os alunos. (Renata, 07/11/2023)

Assim, é perceptível que ela percebe a EF para além de uma disciplina e reconhece que a aprendizagem dos conceitos trabalhados é importante para formar as pessoas a tomar decisões financeiras conscientes e bem-informadas.

Sobre o público da EPJAI e a relação com a EF, Renata disse que:

Na sala de aula da EJA nós temos muitos trabalhadores, têm pedreiros que trabalham com a construção civil, mecânicos, motoboy, entregadores, empregadas domésticas. E para eles é muito importante entender, por exemplo, de porcentagem e entender porque o preço daquele produto que ele compra regularmente subiu. (Renata, 07/11/2023)

Além disso, ela também relatou que:

Os conteúdos da EF vão além de planejamentos financeiros, é sobre pegar uma conta de energia e saber que a partir de x consumo eu vou pagar y , e isso eu ensino aos meus alunos, como saber quanto a máquina de lavar consome e saber também que a depender do horário de uso ela gasta mais. (Renata, 07/11/2023)

Em sua fala, a Renata reconhece a diversidade dos perfis das pessoas que frequentam as turmas da EPJAI e parece ser comprometida com uma postura pedagógica que considera as diferentes perspectivas das/os educandas/os com relação à escola, quando disse que oportunizava discussões sobre como planejar, economizar, investir, controlar o orçamento, lidar com dívidas, entre outros aspectos que impactam diretamente o cotidiano financeiro.

Quanto a Débora, na época da pesquisa ela não trabalhava com a disciplina eletiva de EF, por isso, conversamos um pouco sobre os anos anteriores, quando os conceitos financeiros eram trabalhados dentro da disciplina de Matemática. Sobre a sua prática, ela relatou:

Eu tentava trazer os conteúdos do cotidiano dos estudantes, porque assim eles conseguiam visualizar melhor, com jogos, na prática, com materiais concretos eles visualizam melhor e sempre trazendo situações problemas do dia a dia. (Débora, 07/11/2023)

A fala da Débora sugere que ela se preocupa em utilizar diferentes estratégias pedagógicas para auxiliar os jovens, adultos e idosos a entender os conceitos financeiros. Quando questionamos sobre quais as principais habilidades financeiras as/os educandas/os precisam desenvolver com o ensino de EF, ela disse:

Hoje, é que eles consigam projetar a sua pequena renda nos seus sonhos, para que eles se tornem realidade. (Débora, 07/11/2023)

Sobre esse mesmo questionamento, a Marina disse:

Que eles saibam que mesmo com pouco dinheiro, podem ter um bom planejamento, evitando adquirir dívidas e saber que certas coisas podem ser deixadas para comprar depois, sempre que na medida do possível comprar à vista. Esses são entendimentos básicos. (Marina, 07/11/2023)

Em outro trecho, a Marina esclareceu que a EF pode trazer benefícios para as pessoas jovens, adultas e idosas, quando disse que:

A partir dessa área [referindo-se à Educação Financeira], eles podem mudar suas posturas quanto ao dinheiro e ter assim uma vida mais tranquila, sem muitas dificuldades. (Marina, 07/11/2023)

Mas, complementa:

Eu percebo que eles são bastante consumistas, eles ainda não assimilaram a ideia e o conceito do que é uma Educação Financeira. (Marina, 07/11/2023)

Contudo, ao relatar a sua prática com os conceitos financeiros, a Marina não forneceu maiores detalhes e disse que:

Eu desenvolvi trabalhos em grupos, com situações problema que envolviam a parte financeira para que eles resolvessem. (Marina, 07/11/2023)

Assim, os relatos das práticas das três entrevistadas se aproximam quando demonstram compreender que uma educação para pessoas jovens, adultas e idosas é sobre formar cidadãos preparados para a vida, para o mundo do trabalho e para a gestão eficiente e responsável de suas finanças. Além disso, manifestaram a preocupação e a responsabilidade em participar de uma prática pedagógica consciente, que integre a comunicação, o trabalho em equipe, a adaptabilidade e a resolução de problemas.

As práticas pedagógicas relatadas pelas entrevistadas sugerem que elas reconhecem a MF como parte da EF e que oportunizam discussões com um viés crítico que estão para além do cálculo matemático, como, no caso da Renata, com reflexões acerca de economia doméstica e sobre a lógica neoliberal do mercado financeiro com a inflação dos preços dos produtos. No caso da Débora, de como a Matemática modela e projeta questões financeiras com repercussões diretas sobre o orçamento e os sonhos e, no caso de Marina, sobre a importância do controle orçamentário e de sua relação com o consumismo e com o endividamento.

Principais desafios

As discussões deste eixo permitem identificar as principais dificuldades das entrevistadas ao trabalhar a EF. Compreender essas dificuldades é importante para entender o entorno da prática dessas educadoras. A Renata citou como dificuldades:

Atualmente não se tem um olhar voltado para a formação dos educadores que ensinam Educação Financeira e para aqueles que trabalham na EJA. (Renata, 07/11/2023)

O estudo de Reis et al (2024) destacou a importância da formação continuada de professoras/es para que possam atualizar e diversificar abordagens pedagógicas, adaptando-as às necessidades específicas das/os educandas/os da EPJAI. Além da questão da falta de formação, outro obstáculo citado por Renata foi relacionado à forma como a política para essa modalidade é compreendida pelos órgãos governamentais:

O atual governo não tem um olhar adequado para a EJA, eles tentam “regularizar” o ensino. Não tem uma coordenação para a EJA. (Renata, 07/11/2023)

Nesse cenário, a Renata denuncia a falta de coordenação pedagógica específica, assim como a ausência de formação docente voltada para a EPJAI. Quando ela disse que “tentam regularizar”, faz um desabafo sobre a precarização com que a Secretaria de Educação da Bahia trata a modalidade, não reconhecendo as especificidades do público atendido e adaptando metodologias, em uma mesma dinâmica de ensino que estabelecem com crianças e adolescentes, como já fora discutido no estudo de Di Pierro (2006).

Ainda, quanto aos principais desafios, a Débora disse:

Na verdade, se eu for fazer uma comparação entre EF e Matemática só, a Matemática é mais fácil para eles quando traz essa parte do cotidiano. Mesmo que o conteúdo se concentre em juros, média, nos conteúdos mesmo, voltados para habilidades e

competências desses conteúdos, se torna mais fácil do que só a Matemática com cálculos. (Débora, 07/11/2023)

Sobre as dificuldades, ela complementa que:

Mostrar ao aluno a necessidade de se ter a real compreensão da EF nas suas vidas e em todo seu percurso, desde o primeiro contato com o dinheiro com algo menos importante, até em outra fase com mais responsabilidades. (Débora, 07/11/2023)

Portanto, para a Débora, o principal desafio é contextualizar os conceitos em EF, de modo que as/os educandas/os se sintam motivadas/os em participar das atividades e possam vislumbrar como podem usar esse conhecimento em suas vidas.

A Marina, relata seus principais desafios da seguinte forma:

Muitas vezes eles não querem realizar, não fazem uma boa interpretação das situações problemas, então acham muito complicado e acabam querendo resolver somente usando o celular, mas os cálculos básicos são necessários saber fazer sem o celular também. (Marina, 07/11/2023)

Nesse sentido, os desafios apontados por Marina dizem respeito à resistência das/os estudantes com as atividades propostas em EF.

Ao analisarmos conjuntamente as falas, percebemos diferentes perspectivas, mas os relatos se complementam. Para a Renata, a principal dificuldade no trabalho com a EF na EPJAI é a ausência de uma política pública preocupada com as especificidades próprias da modalidade, como um programa específico de formação de professoras/es que atuam com essas turmas, bem como ações mais pontuais, a exemplo de coordenações pedagógicas especializadas na modalidade e por unidade escolar.

Por outro lado, a Débora e a Marina apresentaram como principais desafios contextualizar os conceitos sobre finanças e motivar as/os educandas/os. Esse entendimento também foi compartilhado na fala da Renata, quando disse que “para eles é muito importante entender, por exemplo, de porcentagem e entender porque o preço daquele produto que ele compra regularmente subiu” (vide eixo anterior).

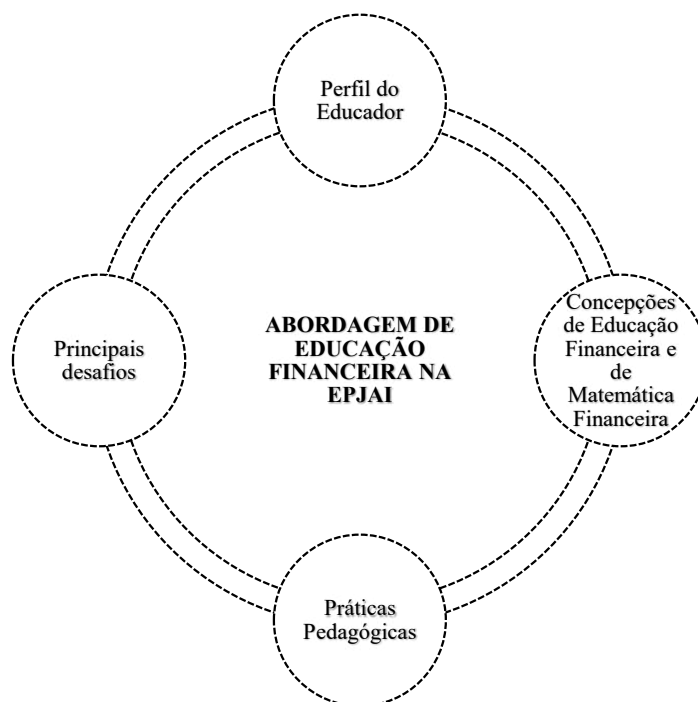
Certamente, uma formação continuada voltada exclusivamente para educadoras/es da EPJAI pode dar subsídios teóricos e práticos para o trabalho com a modalidade. Além disso, a presença de uma coordenação pedagógica específica pode possibilitar o desenvolvimento e a implementação de projetos interdisciplinares que envolvam toda a comunidade escolar. Ressaltamos, contudo, que essa formação seja organizada de modo a denunciar a estrutura opressora do mercado financeiro, as

artimanhas do sistema neoliberal na produção de nossas vontades e seus impactos na sociedade do consumo, na produção de desigualdades sociais e na escassez de recursos naturais.

ANÁLISE INTEGRATIVA

A análise conjunta entre os 04 (quatro) eixos temáticos nos quais organizamos o material empírico, quais sejam: (1) perfil da educadora, (2) concepções acerca da EF e da MF, (3) práticas pedagógicas no ensino de conceitos financeiros na EPJAI e (4) principais desafios enfrentados, sugere algumas possíveis conexões entre eles. A seguir, na Figura 1, sistematizamos uma possível compreensão teórica sobre a abordagem de temas da EF na EPJAI, elaborada a partir de reflexões advindas dos aspectos discutidos, bem como evidenciamos algumas conexões.

Figura 1 – Compreensão teórica dos múltiplos aspectos que envolvem a abordagem de EF na EPJAI



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Na Figura 1, os aspectos foram representados em figuras circulares individuais para demarcar que eles possuem suas especificidades. Contudo, as linhas tracejadas que os dimensionam e que os conectam um ao outro indicam que, apesar dessas

particularidades, eles não estão fechados em si mesmos, mas são permeáveis. Com isso, queremos indicar que existe a possibilidade de conexões ou repercussões entre eles, tais como:

- (i) Educadoras/es com maior formação crítica em finanças podem ser mais preparados para usar metodologias que envolvam simulações ou debates sobre questões econômicas;
- (ii) Educadoras/es que percebem a EF como essencial para a formação cidadã podem adotar estratégias que superam a falta de recursos e incentivar as/os educandas/os com exemplos práticos ligados ao seu cotidiano;
- (iii) A concepção de EF pode influenciar a maneira como educadoras/es lidam com as dificuldades, transformando os desafios em oportunidades para discussões críticas.

Por sua vez, o desenho de linhas tracejadas conectando os círculos em torno de uma temática central, visa oferecer uma visão holística e detalhada de como os diferentes aspectos interagiram e influenciaram a prática de ensino de EF na EPJAI. Dessa maneira, o modo como as educadoras abordaram a EF nas aulas de Matemática pode ser resultante de uma interação entre esses aspectos e das relações que se estabeleceram entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisamos como educadoras da EPJAI abordam EF na aula de Matemática. Desse modo, o presente estudo proporcionou compreender a prática pedagógica e as adversidades encontradas pelas educadoras que lecionam nesse contexto.

A EF no ambiente escolar, com base no referencial teórico desta pesquisa, é a temática desenvolvida para formar pessoas autônomas e críticas financeiramente. Levando em consideração o perfil do público da EPJAI, adquirir conhecimentos que favoreçam a sua vida financeira e os instrua na tomada de decisão, propõe significado ao conteúdo ensinado em sala e proximidade do seu cotidiano com o âmbito escolar.

Como meio de produção de dados, foram entrevistadas três educadoras que lecionavam Matemática na EPJAI. Para a análise, os dados foram categorizados em quatro eixos temáticos com a finalidade de conhecer o perfil das educadoras, identificar as suas concepções sobre a EF e a MF, analisar a prática pedagógica, de acordo os seus relatos e conhecer os principais desafios, nas vozes das participantes.

O primeiro eixo foi voltado para identificar o perfil profissional das educadoras, levando em consideração suas formações e tempo de atuação na EPJAI. Esse tópico foi

importante para conhecer a trajetória percorrida pelas participantes e a partir disso dar subsídio para as análises subsequentes.

No segundo eixo, analisamos a visão das entrevistadas sobre EF e MF. O intuito desse tópico foi compreender se essas educadoras diferenciam essas temáticas. A análise apontou que nem todas têm domínio sobre a definição de EF, bem como não a diferencia de MF. Essa dificuldade pode estar relacionada ao fato de as duas áreas trabalharem conceitos financeiros, ainda que com abordagens diferentes.

No terceiro eixo foi analisada a prática pedagógica das educadoras a partir de seus relatos. Alguns relatos foram inconclusivos para a pesquisa, pois não delimitaram as práticas desenvolvidas pelas entrevistadas, como trabalhos envolvendo a EF. No entanto, as falas convergem quanto à necessidade e à busca por uma prática pedagógica preocupada em implementar diferentes metodologias e estratégias para ensinar os conceitos financeiros, o que pode incluir uso de atividades práticas, recursos didáticos e trabalhos em grupo para engajar as/os educandas/os.

Já no quarto e último eixo, o foco foi compreender quais as dificuldades encontradas ao trabalhar a EF com os jovens, adultos e idosos. Assim, foi perceptível que os desafios se iniciam desde a estrutura governamental da modalidade EPJAI, quando uma das educadoras relata a falta de um olhar direcionado para esse ensino, até questões mais pontuais, como a ausência de coordenação pedagógica específica para a modalidade.

Além disso, o desafio comum relatado pelas entrevistadas foi a dificuldade de contextualizar essa temática e aproximar os conceitos financeiros da vida das/os educandas/os. As falas retificam as conclusões de outros estudos sobre a necessidade de discussões críticas sobre essa temática, da compreensão e familiaridade com seus conceitos, princípios e finalidade e da carência de cursos de formação continuada e de coordenação específica para a elaboração e articulação de projetos interdisciplinares.

As análises e reflexões sugerem que a EF faz parte dos conteúdos trabalhados na disciplina de Matemática, mas nem sempre são oportunizadas discussões críticas de denúncia e resistência aos discursos neoliberais veiculados e que afetam diretamente a vida daqueles jovens, adultos e idosos. Como vimos, as dificuldades relacionadas com a ausência de formação de professoras/es e com a estrutura pedagógica da escola representam desafios para o ensino.

Consideramos que a EF vem tomando forma no contexto das escolas e na modalidade da EPJAI. Contudo, conforme oportunizadas nesta pesquisa, as vozes das educadoras denunciam e aguardam esperançosas o investimento público necessário para os desafios que indicamos aqui, bem como outros não apontados pelas participantes.

Ademais, as reflexões sistematizadas a partir dessas falas possibilitaram a elaboração de um modelo teórico que objetiva oferecer uma visão conjunta de como os diferentes aspectos apontados interagem e influenciam a prática de ensino de EF na EPJAI. Somos conscientes de que não se trata de um modelo exaustivo, outras investigações podem apontar mais aspectos a serem considerados nesse processo. Além disso, este estudo pode subsidiar novas pesquisas por identificar lacunas na abordagem atual da EF e os desafios a serem superados, como a questão da formação inicial e continuada de educadoras/es e de qual lógica precisa ser adotada nessas formações para denunciar e resistir aos discursos neoliberais e de opressão da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

AMADO, J.; FERREIRA, S. A entrevista na investigação educacional. *In*: AMADO, J. (Coord.). **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 207-232, 2013.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BAHIA. Secretaria da Educação. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. **Política de EJA da rede estadual**: aprendizagem ao longo da vida. Salvador: Secretaria da Educação, 2009. Disponível em: https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/BA/Bahia_Politica_de_EJA_da_Rede_Estadual.pdf. Acesso em: 02 de nov. 2024.

BARONI, Ana Karina Cancian; HARTMANN, Andrei. Luís. Berres; CARVALHO, Cláudia Cristina Soares. **Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática**. [S.l.]: Editora Appris, 2021.

BOGGISS, G. J.; MENDONÇA, L.G.; GASPAR, L.A.R; HERINGER, M.G. **Matemática Financeira**. 11 ed. Rio de Janeiro: FGV Management, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Semana Nacional**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/defesadoconsumidor/ENEF>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches** 3a ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p.939-959, jul.-set. 2010.DOI:<https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300015>

DI PIERRO, Maria Clara. Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/Secad-MEC/Unesco, 2006.

DIAS, Carolina Rodrigues; DE ASSIS OLGIN, Clarissa. Educação Matemática Crítica: uma experiência com o tema educação financeira. **Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 15, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2020.e70007>

FERREIRA, Maria Jose de Resende; SILVA, Sandra Aparecida Fraga da. **Avaliação do ensino e da aprendizagem na EJA e no PROEJA**: reflexões e propostas. In: Repensando o PROEJA – Concepções para a formação de educadores. Vitória: Ed. IFES, 2011.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Educação matemática de jovens e adultos**: especificidades, desafios e contribuições. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Coleção Tendências em Educação Matemática.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HADDAD, Sérgio. Educação de jovens e adultos, direito humano e desenvolvimento humano. In: CATELLI JÚNIOR, R. **Formação e práticas na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 2017, p. 23-42.

MAZZI, L. C; BARONI, A. K. C. Diálogos possíveis entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. In: BARONI, A. K. C.; HARTMANN, A. L. B.; CARVALHO, C. C. S. (Orgs.). **Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática**. Curitiba: Appris, 2021. p. 37-53.

MENECUCCI, Fabio Alves. **Neoliberalismo, consumismo e educação financeira: reflexões de cidadãos-professores-estudantes de pós-graduação em Educação Matemática**. 2023. 175p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, São Paulo, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices For Financial Education and Awareness**. Recommendation of The Council. July, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REIS, Antônio Ribas; NONATO, Everton Manuel; LOPES, Jerisnaldo Matos; FIGUEIREDO, Joabson Lima; TORRES, Thaís Pinto da Rocha. Educação Financeira e seu papel no desenvolvimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 17183–17205, 2024. DOI: [10.56238/arev6n4-359](https://doi.org/10.56238/arev6n4-359)

RODRIGUES, Márcio Urel; SILVA, Jaqueline Michele Nunes da; RODRIGUES, Rosiane Souza da Silva. Estado da arte das dissertações e teses no Brasil sobre Educação Financeira e/ou Matemática Financeira no período de 2000 a 2020. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2021. DOI: [10.51359/2177-9309.2021.250224](https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250224).

SANTOS, Lilian Regina Araújo dos; SANTOS, Bárbara Cristina Mathias dos; RODRIGUES, Chang Kuo. Educação financeira escolar e EJA: uma contribuição para a implementação e/ou o aprimoramento de iniciativas de negócios informais. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250487>

SILVA, Amarildo Melchiades; POWELL, Arthur Belford. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

SILVA, Ingrid Teixeira da; SILVA, Maria Manuela Figuerêdo; SELVA, Ana Coêlho Vieira. Temáticas de educação financeira abordadas nos livros do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos: estamos estimulando práticas reflexivas nas escolas? **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica**

Iberoamericana, [S. l.], v. 12, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250312>

SILVA, Jonson Ney Dias da. **Tecnologias Digitais na Educação Matemática com Jovens e Adultos**: um olhar para o CIEJA/Campo Limpo. 2020. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2020.

VAZ, Rafael Filipe Novôa; NASSER, Lilian. Que Educação Financeira Escolar é essa? **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250355>

Submetido em 27/01/2025.

Aprovado em 25/04/2025.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

